

REGULAMENTO ESCOLAR INTERNO DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Aprovado em Conselho Pedagógico de 29 de maio 2019, com as alterações (introdução do Artigo 8.º e alteração do anterior Artigo 25.º) votadas na reunião de Conselho Pedagógico de 24 de setembro 2019 e com a alteração ao ponto 7 do Artigo 15.º votada na reunião de Conselho Pedagógico de 9 de outubro 2020.

Artigo 1º: Âmbito

1. O presente regulamento fixa normas gerais referentes à organização, funcionamento e avaliação de unidades curriculares (UC) dos cursos de licenciatura da Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS), com exceção das UC referidas no ponto seguinte.
2. As UC de Estágio, Projeto ou Projeto em Ambiente de Trabalho regem-se por normas definidas em regulamento próprio.
3. O presente regulamento pode ser complementado por outros regulamentos específicos em vigor.

Artigo 2º: Duração e organização curricular

Os cursos de licenciatura têm a duração de seis semestres letivos, num total de 180 ECTS (*European Credit Transfer System*), de acordo com os respetivos planos de estudo publicados em Diário da República e divulgados no sistema de informação e gestão académica da ESAS.

Artigo 3º: Regime de admissão

O regime de admissão aos cursos da ESAS encontra-se estabelecido nas normas legais e regulamentares em vigor para o ensino superior politécnico.

Artigo 4º: Matrícula, inscrição e transição de ano

1. A matrícula é obrigatória para todos os estudantes que ingressem pela primeira vez num curso ou que nele reingressem. Os restantes estudantes devem renovar a matrícula, de acordo com calendário definido anualmente, inscrevendo-se no ano e UC, de ambos os semestres a frequentar.
2. A anulação de matrícula ou inscrição poderá ser feita até 31 de Dezembro, não ficando o estudante obrigado ao pagamento total da propina, de acordo com o estipulado no artigo 9º do Regulamento do Pagamento de Propinas do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém).
3. Os estudantes que se matriculem pela primeira vez num curso devem inscrever-se em todas as UC do 1º ano desse curso mesmo que tenham realizado UC noutros ciclos de estudos e que pretendam solicitar a sua creditação.
4. Concluído o processo de creditação, os estudantes poderão inscrever-se em UC do 2.º ano, até completar os 60 ECTS correspondentes a um ano curricular, permanecendo, todavia, no 1.º ano do curso.
5. Condições para transitar de ano:
 - a) Transitam para o 2.º ano os estudantes que tenham obtido, no mínimo, 30 ECTS em UC do 1.º ano;
 - b) Transitam para o 3.º ano os estudantes que tenham obtido, no mínimo, 90 ECTS em UC realizadas nos anos anteriores, independentemente da forma como estes foram obtidos, designadamente, através da creditação de UC de outros ciclos de estudos.

Artigo 5º: Inscrição em unidades curriculares optativas

1. Cabe aos coordenadores de curso da ESAS efetuar o levantamento, durante o mês de maio, das UC optativas a oferecer no ano letivo seguinte. Caso se aplique, durante o mês de julho será aprovado em Conselho Técnico-Científico a listagem das UC a oferecer.
2. O funcionamento das UC optativas anteriormente aprovadas só será assegurado se houver um mínimo de 12 estudantes inscritos no caso dos cursos diurnos, e de um mínimo de 10 inscrições para os cursos em regime pós-laboral, excetuando o caso de UC em funcionamento em outros cursos.
3. Quando o número de interessados numa determinada UC for menor que o estipulado no número anterior, há garantia do seu funcionamento, caso se verifique a necessidade de cumprimento do plano de estudos.
4. Se, ao abrigo do ponto anterior, houver empate entre UC, o desempate cabe aos coordenadores de curso.
5. Em caso de sobreposição de horários o estudante poderá anular a inscrição em UC optativas até um mês após o início das aulas.

Artigo 6º: Calendário escolar e horários

1. O calendário escolar define os períodos de atividade letiva, as épocas de exame e as férias escolares e subdivide-se em dois semestres, cada um dos quais com a duração de vinte semanas.
2. O calendário escolar é proposto e aprovado anualmente pelo Diretor, antes do final do ano letivo precedente, ouvidos o Conselho Técnico-Científico (CTC) e o Conselho Pedagógico (CP) ou, em caso excecional, os seus Presidentes.
3. Os horários das aulas e ocupação das salas são elaborados semestralmente pela Comissão de Horários e aprovados pelo Diretor, após apreciação em CP, sendo posteriormente divulgados no sistema de informação e gestão académica da ESAS.
4. Sempre que possível será assegurada a compatibilidade de aulas entre anos seguidos.
5. As horas de contacto diário de cada ano ou turma não devem exceder oito horas.

Artigo 7º: Ficha de unidade curricular

1. A ficha de unidade curricular (FUC) é elaborada pelo responsável da UC.
2. O modelo adotado é disponibilizado no GDOC.
3. As FUC são aprovadas em reunião de Curso e posteriormente em reunião de CTC.
4. O regime de avaliação da UC é analisado e aprovado em reunião de CP.
5. As FUC devidamente atualizadas estão disponíveis no sistema de informação e gestão académica da ESAS, na página da UC.

Artigo 8º: Registo de assiduidade e sumários

1. Para efeitos de gestão académica e de controlo de assiduidade, nas UC que o exijam, é obrigatório o registo eletrónico da presença de estudantes e de docentes.
2. O sumário de cada aula deverá ser registado no sistema de informação e gestão académica da ESAS.

Artigo 9º: Atividades letivas

A componente letiva presencial consta de sessões teóricas (T), teórico-práticas (TP), práticas laboratoriais (PL), trabalhos de campo (TC), seminários (S), orientação tutorial (OT), Estágio (E) e outras (O), cuja carga horária está de acordo com a FUC.

Artigo 10º: Princípios gerais da avaliação

1. A avaliação destina-se a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos estudantes ao longo do seu percurso académico.
2. Cabe a cada responsável da UC implementar as condições para a realização da respetiva avaliação.
3. São admitidos à realização de provas de avaliação, em cada UC, os estudantes que, cumulativamente:
 - a) estejam inscritos na UC;
 - b) se tenham inscrito nas épocas de exame que exigem essa inscrição;
 - c) cumpram os demais requisitos constantes na FUC.
4. Durante a realização de uma prova de avaliação, os estudantes não podem abandonar a sala onde se realiza essa avaliação, sem autorização prévia do docente responsável da UC, sob pena de anulação total da prova realizada.

Artigo 11º: Classificação final da unidade curricular

1. A classificação final da UC é expressa através de um valor numérico inteiro, entre 0 (zero) e 20 (vinte) valores. A classificação é atribuída pelo responsável da UC ou por um júri que para tal venha a ser constituído.
2. Em todas as provas escritas deverá estar assinalada a cotação de cada questão.

Artigo 12º: Elementos e modalidades de avaliação

1. Entende-se por Elemento de Avaliação um elemento utilizado na avaliação de uma componente como sejam trabalhos individuais ou de grupo, testes, presenciais ou a distância, escritos ou orais.
2. Entende-se por Prova de Avaliação toda a atividade cuja realização obrigue a presença do estudante em local, data e hora previamente marcadas e que contribua para a sua avaliação.
3. Poderão ser adotados os seguintes elementos de avaliação:
 - a) Prova escrita;
 - b) Prova oral;
 - c) Prova prática;
 - d) Participação;
 - e) Outros.
4. Existem as seguintes modalidades de avaliação:
 - a) Avaliação contínua;
 - b) Avaliação periódica;
 - c) Exame final.

Artigo 13º: Avaliação contínua

A avaliação contínua inclui elementos de avaliação recolhidos durante o período de aulas, podendo a sua adoção implicar um mínimo de assiduidade. A avaliação contínua pode englobar toda a UC ou pelo menos uma das suas componentes.

Artigo 14º: Avaliação periódica

A avaliação periódica consiste na realização de provas individuais que afirmam o conhecimento e apreensão da matéria lecionada. Realiza-se no decurso do semestre letivo, em datas preestabelecidas pelo CP, com informação ao responsável da UC.

Artigo 15º: Exame final

1. O exame final consiste na avaliação individual das competências e conhecimentos adquiridos na UC durante todo o semestre letivo, sendo realizado nas semanas definidas para esse efeito.
2. São admitidos a exame final, numa UC, os estudantes que nela estejam inscritos nesse ano letivo.
3. O exame final de uma UC poderá constar de uma prova escrita e/ou uma prova oral e/ou uma prova prática, de acordo com o regime de avaliação respetivo.
4. Os estudantes podem ficar dispensados da realização de todas (dispensa total) ou de parte (dispensa parcial) das provas que compõe o exame final, caso cumpram os requisitos previstos, para o efeito, no regime de avaliação da UC.
5. No caso da prova prática, o estudante deverá inscrever-se junto do docente responsável, seguindo os requisitos constantes na FUC.
6. Caso o exame final consista numa prova oral, deverá ser constituído um júri com pelo menos dois elementos. Um dos elementos deverá ser o responsável da UC. Excetuam-se deste artigo as provas relativas à UC de Estágio, Projeto ou Projeto em Ambiente de Trabalho, que se regem por regulamento próprio.
7. Um estudante não aprovado numa UC pode manter os resultados em componentes da mesma, até dois anos letivos consecutivos após a sua obtenção, nos moldes especificados no regime de avaliação da UC. Caso não deseje manter essas condições, o estudante deverá informar, até 15 dias após o início do respetivo semestre, o responsável da UC que anulará os resultados anteriormente obtidos. Para a aplicação deste ponto o estudante tem que estar inscrito na UC em questão.
8. Para aprovação em exame final, sempre que este seja constituído por mais do que uma prova, é obrigatória uma classificação mínima de oito valores em qualquer das provas, sendo a nota final o resultado da média ponderada dessas provas, de acordo com o regime de avaliação.
9. A elaboração dos calendários de exame é da responsabilidade do CP.
10. Sempre que possível, as datas de avaliação de UC do mesmo semestre não deverão ser coincidentes. Em coincidências de exames de semestres diferentes, é da responsabilidade do estudante optar pela prova a realizar.

Artigo 16º: Desistência de provas de avaliação

O estudante tem o direito de desistir de qualquer elemento de avaliação, anunciando a sua desistência através de declaração escrita que, no caso de provas escritas, deverá ser feita na respetiva prova.

Artigo 17º: Resultados da avaliação

1. As pautas com os resultados da avaliação contínua ou periódica são colocadas na plataforma LMS da ESAS, no prazo máximo de 15 dias (seguidos) após a realização de qualquer uma dessas avaliações.
2. As pautas com os resultados de admissão a exame ou de exame, são preenchidas pelo docente responsável da UC no sistema de informação e gestão académica da ESAS:
 - a) no mínimo, até cinco dias (seguidos) antes da realização de qualquer exame ou;
 - b) no máximo, até 15 dias (seguidos) após a realização de qualquer uma dessas avaliações, caso não se aplique a alínea anterior.
3. Os estudantes terão acesso ao resultado através da sua ficha de estudante.
4. A obtenção de valor numérico igual ou superior a 10 (dez) valores, no resultado da avaliação, determina a aprovação na UC.
5. Nas pautas de admissão a exame podem surgir as seguintes situações:

F – que corresponde a admitido a exame;

S – que corresponde a dispensas parciais.

6. Nas pautas de exame final podem surgir as seguintes situações:

F – se o estudante faltar ao exame;

D – se o estudante desistir do exame.

Artigo 18º: Épocas de exame

1. Em cada semestre letivo, existirão as seguintes épocas de exame, as quais deverão ser realizadas durante o período contemplado no calendário escolar:

a) época normal, podendo o estudante realizar todas as UC a que se encontre inscrito e a que tenha reprovado ou dispensado parcialmente;

b) época de recurso, podendo o estudante realizar no máximo oito UC a que se encontre inscrito e a que tenha reprovado ou dispensado parcialmente;

c) época especial para os trabalhadores estudantes, podendo o estudante realizar todas as UC a que se encontre inscrito e que tenha reprovado ou dispensado parcialmente;

d) época especial destinada exclusivamente aos estudantes finalistas, sendo estudante finalista aquele a quem faltem, no máximo, quatro UC para completar o curso. Não são contabilizadas para o efeito as UC de Estágio, de Projeto, e de Projeto em Ambiente de Trabalho.

2. A legislação prevê regimes especiais de prestação de exames para os estudantes que se encontrem nas situações abaixo enumeradas e que apresentem, nos Serviços Académicos, os respetivos comprovativos:

a) grávidas e mães ou pais em licença de maternidade ou paternidade;

b) militares em regime de contrato ou de voluntariado;

c) dirigentes associativos do ensino superior;

d) desportistas de alto rendimento;

e) estudantes professando confissões religiosas que santificam um dia diferente do domingo;

f) estudantes que apresentam necessidades educativas especiais, de acordo com o artigo 10º do Regulamento de atribuição do Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais do IPSantarém;

g) outras situações contempladas na legislação.

3. Aos estudantes membros de órgãos da ESAS ou do IPSantarém é aplicada a legislação em vigor para os dirigentes associativos, desde que apresentem documento, passado pelo Presidente do órgão, que comprove a sua participação em, pelo menos, 75% das atividades desenvolvidas pelo órgão, à data em que queiram o exame.

4. A marcação das datas de exame, para as situações referidas nos pontos 2 e 3 do presente artigo, deverá ser efetuada pelo responsável da UC, durante as épocas de exame e até ao último dia da época especial, mediante requerimento entregue pelo estudante nos Serviços Académicos.

Artigo 19º: Inscrição em exames

Sem prejuízo dos prazos definidos nas UC que assim o exijam, os estudantes que pretendam realizar exames na época de recurso e em épocas especiais ou que pretendam realizar exames de melhoria de nota terão, obrigatoriamente, de efetuar a sua inscrição nos serviços académicos, dando cumprimento aos prazos e procedimentos emanados do Diretor.

Artigo 20º: Melhoria de classificação

1. No ano letivo de aprovação ou no ano letivo seguinte à aprovação, é facultada aos estudantes a possibilidade de efetuar exame para melhoria de classificação a qualquer UC, desde que não tenham concluído o curso.
2. Os exames de melhoria só poderão ser efetuados durante a época normal ou a época de recurso de exames, sendo necessária a inscrição e pagamento dos respetivos emolumentos.
3. A repetição de exames para melhoria de classificação só poderá ser requerida uma vez, prevalecendo a classificação mais elevada.

Artigo 21º: Consulta de provas

Após a divulgação das pautas de avaliação contínua, periódica ou de exame, o responsável da UC deverá informar e afixar a data, hora e local de consulta das provas, dentro do prazo máximo de 10 dias úteis subsequentes à publicação dos resultados e até três dias úteis antes da realização de qualquer prova de avaliação subsequente.

Artigo 22º: Revisão de provas

1. Quando um estudante discorde da classificação final de uma UC deverá apresentar a sua reclamação devidamente fundamentada, no prazo máximo de cinco dias após a data da consulta de provas, mediante requerimento dirigido ao Diretor e entregue nos serviços académicos.
2. O docente responsável pela UC entregará, no prazo de três dias úteis após a entrada do requerimento, cópia da prova realizada e do enunciado do exame ao Presidente de Departamento que, em conjunto com outros dois docentes da área científica por si designados, apreciará a reclamação no prazo máximo de sete dias úteis. Caso o Presidente de Departamento seja o docente responsável pela UC, caberá ao Diretor designar um professor que o substitua.
3. A deliberação sobre a reclamação será comunicada ao estudante pelos serviços académicos, através de correio registado.
4. Serão liminarmente rejeitadas as reclamações não fundamentadas e/ou entregues fora do prazo estipulado.
5. Não haverá lugar a reclamação sempre que o exame seja uma prova oral.

Artigo 23º: Fraudes

1. Considera-se que ocorre fraude sempre que o estudante:
 - a) Capte, utilize ou ceda informação não permitida pelo docente;
 - b) Apresente como suas, ideias e/ou trabalhos produzidos por outros (plágio).
2. A fraude cometida em qualquer prova de avaliação implica a anulação da mesma.
3. Durante as sessões presenciais é proibido o uso de telemóveis, captação de sons ou imagens ou a utilização de quaisquer outros equipamentos tecnológicos, sem a devida autorização do docente. O incumprimento deste ponto constitui infração passível de aplicação de medida disciplinar sancionatória, em função da respetiva gravidade.

Artigo 24º: Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas às avaliações e às sessões presenciais (aulas práticas, teórico-práticas, visitas de estudo, seminários e colóquios) nos seguintes casos:
 - a) Morte do cônjuge, parente ou afim na linha direta ou até ao 2.º grau da linha colateral;
 - b) Doença, tratamento ambulatorio, internamento hospitalar ou submissão a meios auxiliares de diagnóstico do estudante;

- c) Situações previstas na lei que impliquem a comparência obrigatória;
- d) Situações previstas na lei para dirigentes associativos e dirigentes associativos juvenis;
- e) Situações previstas na lei para mães e pais estudantes cujos filhos tenham até cinco anos de idade;
- f) Situações que mereçam despacho favorável do diretor da Escola.

2. As faltas são justificadas através da entrega, nos Serviços Académicos, de documento oficial comprovativo da ausência do estudante, no prazo máximo de cinco dias úteis após o início do impedimento do estudante.

3. Na impossibilidade de realização de exames, o estudante poderá efetuar aqueles a que foi impedido de comparecer:

- a) Exames de época normal – na época recurso do mesmo ano letivo, em caso de não aprovação, o estudante poderá realizar novo exame na época especial;
- b) Exames de época recurso – na época especial do mesmo ano letivo;
- c) Exames da época especial – até 30 dias após a data em que o impedimento se deixou de verificar, em data a calendarizar pelo responsável da UC.

4. Nas restantes provas de avaliação, o estudante deverá entrar em contacto com o responsável da UC de modo a marcar nova data da prova de avaliação.

Artigo 25º: Inquéritos pedagógicos

1. O estudante é obrigado a efetuar a avaliação pedagógica dos docentes, UC e do curso através do preenchimento de questionários.

2. Em cada semestre são avaliadas as UC a que o estudante se matriculou e os docentes que lecionaram essas UC. Anualmente é avaliado o curso.

3. O não preenchimento dos questionários limita o acesso ao resultado das avaliações efetuadas.

Artigo 26º: Disposições finais

Cabe ao CP a interpretação última deste Regulamento, podendo este Conselho solicitar apoio jurídico e a elaboração de regulamentação complementar para aspetos em que tal se venha a justificar.

Artigo 27º: Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no ano letivo 2019-2020.